

EDUCAÇÃO

V.10 • N.3 • Publicação Contínua - 2022

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2022v11n2p370-383



## DOENÇAS PREVALENTES NA POPULAÇÃO NEGRA: O DISCURSO DIVULGADO EM UM LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS

PREVALENT DISEASES IN THE BLACK POPULATION: THE  
DISCOURSE SPREAD IN A SCIENCE TEXTBOOK

ENFERMEDADES PREVALENTES EN LA POBLACIÓN NEGRA: EL  
DISCURSO REVELADO EN UN LIBRO DIDÁCTICO DE CIENCIAS

Clemilson Cavalcanti da Silva<sup>1</sup>  
José Antonio Novaes da Silva<sup>2</sup>  
Débora Michele Sales Lima<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo central analisar como as doenças prevalentes na população negra são pautadas e discutidas no livro do oitavo ano da coleção didática de Ciências Naturais do Projeto Teláris, da editora Ática, aprovada no Plano Nacional do Livro Didático 2013. A fim de buscar elementos necessários para inferir tais resultados, o nosso trabalho foi elaborado sobre a égide teórica da abordagem qualitativa. No que tange à análise do material, optamos pela Teoria Fundamentada que consiste numa abordagem de pesquisa qualitativa com o objetivo de descobrir teorias, conceitos e hipóteses, baseados nos dados coletados. Dessa forma, obtivemos como resultados concretos as seguintes inferências: os conteúdos que remetem às doenças prevalentes na população negra, tais como: anemia falciforme, AIDS, sífilis etc., não são apresentados de forma a atender à Lei nº 10.639/2003.

### PALAVRAS-CHAVE

Livro Didático de Ciências. Lei nº 10.639/2003. Doenças Prevalentes na População Negra.

## ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze how the prevalent diseases in the black population are guided and discussed in the eighth year textbook of the Natural Sciences collection of the Teláris Project, of the Ática publisher, approved in the National Plan of the Didactic Book 2013. In order to search for necessary elements to infer such results, our work was carried out on the theoretical basis of the qualitative approach. In regard to the analysis of the material, we opted for the Grounded Theory, which consists of a qualitative research approach with the objective of finding out theories, concepts and hypotheses, based on the collected data. Thus, we obtained the following inferences as concrete results: the contents that refer to the prevalent diseases in the black population, such as: sickle cell anemia, AIDS, syphilis, etc., are not presented so as to comply with Law 10.639/2003.

## KEYWORDS

Science Textbook. Law 10.639/2003. Prevalent diseases in the Black Population.

## RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo central analizar como las enfermedades prevalentes en la población negra se pautan y se discuten en el libro del octavo año de la colección didáctica de Ciencias Naturales del Proyecto Teláris, de la editorial Ática, aprobada en el Plan Nacional del Libro Didáctico 2013. Con el fin de buscar elementos necesarios para inferir los resultados, nuestro trabajo ha sido bajo los principios teóricos del enfoque cualitativo. Con respeto al análisis del material, optamos por la Teoría Fundamentada que consiste en un abordaje de investigación cualitativa con el objetivo de descubrir teorías, conceptos e hipótesis, basadas en los datos recopilados. De esta forma, el resultado obtenido fue el siguiente: los contenidos que se refieren a las enfermedades prevalentes en la población negra, tales como Anemia Falciforme, SIDA, Sífilis, etc., no se presentan de forma a atender la ley nº 10.639/2003.

## PALABRAS CLAVE

Libro didáctico de Ciencias. Ley n.º 10.639/2003. Enfermedades prevalentes en la población negra.

## 1 INTRODUÇÃO

A saúde é de grande importância em toda nossa vida. Essa temática, no ensino formal, vem sendo trabalhada em coleções didáticas de Ciências, especialmente, nos livros do oitavo ano do Ensino Fundamental, no intuito de que os alunos possam compreender o funcionamento e o desenvolvimento do seu corpo humano, bem como ele responde a doenças.

As coleções didáticas no cotidiano escolar são consideradas um dos instrumentos mais utilizados na prática docente. No que diz respeito à organização curricular e à abordagem relacionada à saúde, essas, geralmente, são organizadas para que os conteúdos sejam estruturados de forma ordenada e sendo, por vezes, uma continuação do anterior. É sabido que os manuais didáticos fazem parte da tradição escolar. Promovendo a dinâmica nesse ambiente, “o livro didático é aquele que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática” (LAJOLO, 1996, p. 4). Esse material impresso está presente no cotidiano dos discentes desde os primeiros anos escolares. Lajolo (1996, p. 5) propõe que o

Livro didático não pode construir seus significados a partir de valores indesejáveis. Não pode, por exemplo, endossar discriminação contra certos grupos sociais, nem propor a lei do mais forte como estratégia para solucionar diferenças.

Neste contexto, é preciso indagar: os conteúdos que são trabalhados nas coleções didáticas de Ciências estão seguindo as orientações curriculares propostas pela Lei n.º 10.639/2003? Tal questionamento se deve ao fato de que esse dispositivo legal tem como principal objetivo promover uma educação das relações étnico-raciais na Educação Básica (GOMES JUNIOR; MELO, 2019).

Os livros didáticos de Ciências funcionam como aliados dos professores em seu fazer pedagógico; além disso, eles servem como referência curricular na estruturação dos conteúdos que são ministrados em sala de aula. Assim, neste ambiente, nossa pesquisa tem como objetivo: analisar como as doenças prevalentes na população negra são pautadas e discutidas no livro do oitavo ano da coleção didática de Ciências Naturais do Projeto Teláris, escrito por Fernando Gewandszajder e publicado pela editora Ática, obra aprovada no Plano Nacional do Livro Didático 2013. Partindo desse princípio, abordaremos o conceito de saúde ao longo da história refletindo-o criticamente no âmbito da educação brasileira.

## 2 MÉTODO

O presente artigo é orientado pela abordagem qualitativa, entendendo que esta metodologia responde a questões muito particulares e se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, os quais não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2008).

Utilizamos para análise das informações a Teoria Fundamentada, a qual, partindo dessa abordagem metodológica, segundo Strauss e Corbin (2008), objetiva descobrir teorias, conceitos e hipóteses, baseados nos dados coletados, possui raízes no Interacionismo Simbólico e compreende a realidade a partir do conhecimento da percepção ou significado que certo contexto ou objeto tem para a pessoa.

## 2.1 CORPUS ANALÍTICO

É importante destacar que essa coleção, segundo dados do Ministério da Educação, foi a que mais exemplares distribuiu, chegando ao montante de 2.613.298 (BRASIL, 2014), um valor expressivo, o qual também nos estimulou a desenvolver a pesquisa com a referida editora. A obra mostra-se dividida em quatro livros, com dezenove capítulos, sendo que cada um deles é aberto com um subtópico denominado *A Questão É*.

Ainda, havendo um segundo subtema denominado *box*, que permite aos alunos acessarem informações complementares da aplicação das Ciências Naturais em diferentes contextos: na saúde, no dia a dia, na sociedade, na história, na tecnologia etc. Inicia o capítulo com um subtópico denominado *Ponto de Partida*, com perguntas curtas para introduzir o assunto e um subtópico chamado *Ponto de Chegada*, que é um resumo de tudo que foi visto no capítulo. Além disso, traz subtópicos chamados *Mexa-se*, que sugerem que o aluno realize pesquisa extraclasse.

O livro que analisamos está organizado da seguinte forma: 1ª Unidade: Como nosso corpo está organizado; 2ª Unidade: As funções de nutrição; 3ª Unidade: A relação com o ambiente e a coordenação do corpo; 4ª Unidade: Sexo e reprodução. A 1ª unidade apresenta conceito de hemácias e das hemácias falciformes, tipos de tecidos, órgãos, sistemas e organismo; é acoplada em dois capítulos. A 2ª unidade trata sobre a alimentação e sais minerais, a alimentação equilibrada. A 3ª unidade trata sobre a pele, o esqueleto, músculos, os sentidos, e os sistemas: nervoso e endócrino. A 4ª, e última unidade, discute o sistema genital, os métodos de prevenção à gravidez e doenças sexualmente transmissíveis e os conceitos relacionados às bases da hereditariedade.

Ao fazer a triagem do material, percebemos que são interesses de nossa pesquisa os seguintes capítulos: oito, que trata do tema *sangue*; e dezesseis, que apresenta o *sistema genital*; e, por último, o dezoito, que discorre a respeito das *infecções sexualmente transmissíveis*.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 O CONCEITO DE SAÚDE NO CONTEXTO DO ANTIGO EGITO: O BERÇO DA MEDICINA

Para os médicos do Ta-Meri (Antigo Egito) (ARAÚJO, 2015), ter saúde consistia que as pessoas tivessem uma boa circulação, sem retenções ou rigidez que dificultassem o fluxo do sangue (CUENA-ESTRELLA; BARBA, 2004). Dentre os profissionais da saúde, havia aqueles que curavam por meio do uso de encantamentos e fórmulas mágicas. Esses eram os sacerdotes e sacerdotisas das deusas Sekemet e Serqpet (NUNN, 1996) que, de acordo com Harris (1993, p. 128), operavam a cura/melhora de “muitas

doenças internas que se dava com encantamentos, isto é, com meios mágicos ou religiosos que conseguem levar o paciente a um estado de espírito que ativará as forças curativas naturais do organismo”.

Havia ainda um segundo grupo que aprendia a prática médica em escolas especializadas localizadas nas cidades de Sais e Elefantina. Entre eles/as, havia especialistas em olhos, estômago e as partes finais do aparelho digestivo (NUNN, 1996).

Dados da literatura (NUNN, 1996; CUENA-ESTRELA; BARBA, 2004) nos dão conta de que o conhecimento da prática médica era compilado nos chamados papiros médicos. Desses, um total de quinze foi descoberto e faz parte do acervo de diferentes museus, havendo entre esses escritos voltados para especialidades, tais como: cardiologia, medicina interna, ginecologia e pediatria (CUENA-ESTRELA; BARBA, 2004).

Dentre os médicos do Ta-meri, o nome de Imhotep (2980-2950 a.C) tem recebido muito destaque por ter possuído um elevado poder de cura (VIEIRA, 2012). Ele ainda é considerado o construtor da pirâmide escalonada erigida a mando do faraó da Djoser, que pertenceu à Terceira Dinastia (ARAÚJO, 2011). Equivocadamente, a *Hipócrates de Cós* (460 - 370 a.C) foi dado o título de “pai da medicina”, haja vista que dois milênios antes de Cristo, *Imhotep* já praticava procedimentos médicos e de cura, além de contribuições em filosofia, poesia, astronomia, projeção e construção.

Essas e diversas outras contribuições oriundas de Ta-meri, o qual era um território negro (DIOP, 2012), não podem ser ocultadas das aulas de Ciências devido a uma concepção eurocêntrica que descreve o desenvolvimento científico a partir da Europa. Vieira e Viegas (2018) ressaltam a importância de trabalhar a literatura negra para fortalecer o processo identitário da população afro-brasileira.

### 3.2 O CONCEITO DE SAÚDE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Entre os séculos XVIII e XIX, o discurso médico higienista, que já estava circulando na Europa há tempos, interferiu na ordem das cidades brasileiras, em especial no Rio de Janeiro. Devido à chegada da família real portuguesa, em 1808, D. João VI criou as Escolas Cirúrgicas do Império (Rio de Janeiro) e de Salvador (Bahia), contribuindo para a reprodução do saber médico e uma política de saúde que visava aos hábitos de higiene (COSTA, 2013).

Nesse momento histórico, a grande preocupação era manter a cidade saudável, isto é, aterrar lixo, afastar os matadouros e cemitério do centro da cidade, realizar instalação de esgotos, água corrente e iluminação das ruas no intuito de reduzir a transmissão de epidemias. Normas e leis foram elaboradas, visando prevenir a disseminação de epidemias e disciplinar as cidades, que eram consideradas os espaços mais vulneráveis (COSTA, 2013).

Segundo Meyer (2000), especialmente nos anos 1920 e 1930, médicos e estudiosos ligados à saúde defendiam a necessidade de medidas educativas para eugenzar o povo brasileiro como condição imprescindível de progresso. Era, pois, preciso o cidadão fazer prosperar o país. Pensando na evolução do conceito de saúde, Scliar (2007, p. 30) enfatiza que ele é constituído a partir da circunstância social, econômica, política e cultural do lugar e/ou tempo histórico.

O conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ou seja: saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lu-

gar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas.

Assim sendo, para Meyer (2000, p. 9), saúde é um “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de afecções ou enfermidades”. Esta concepção começou a ser incorporada nas escolas. Desse modo, em 1950, havia uma espécie de fiscalização, pois se visava à moralização das pessoas e das cidades, objetivando a redução de doenças no país. Chegando ao ano de 1980, começa a ser questionada a saúde individual e passa-se a acreditar que a saúde está associada a fatores, tais como: a natureza, a questão cultural, a sociopolítica, a econômica e a ambiental.

Nessa época, os ativistas e pesquisadores ligados ao Movimento Social Negro lutaram pela inserção da saúde da população negra nos programas e ações do governo federal. Essa luta ganhou força e, assim, conseguiu-se fazer com que, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, estivesse em pauta a saúde da população afro-brasileira.

A Constituição Federal de 1988, corroborando essa discussão, especificamente no art. 196, que garante a saúde como um direito, “mediante as políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença” (BRASIL, 1988, p. 73), introduziu o sistema de seguridade social, o qual estabelece, no art. 196, que à saúde passou a fazer parte como direito universal, independentemente de cor, raça, religião, local de moradia e orientação sexual, a ser provido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir desse viés, a saúde passou a vincular-se com a educação, então, foram criadas políticas públicas que conectaram essa temática à escola. Os conteúdos sobre saúde começaram a ser trabalhados em livros didáticos, sobretudo, os de Ciências. Além disso, essa temática foi introduzida como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1998, os quais propuseram que a temática saúde deve ser trabalhada por todas as disciplinas do currículo (BRASIL, 1998).

Nessa construção de políticas públicas, em dezembro de 2007, por meio do Decreto n.º 6.286, é criado o Programa Saúde na Escola (PSE), no intuito de contribuir com a formação integral dos estudantes da rede pública da Educação Básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades (BRASIL, 2007).

Enfim, a escola é notadamente um ambiente em que o termo saúde vem sendo construído ao longo do tempo e que, dependendo do contexto social, histórico e cultural, este conceito pode sofrer alterações com vistas a ser adequado à realidade da sociedade.

### 3.3 DOENÇAS PREVALENTES NA POPULAÇÃO NEGRA

A Lei nº 8.080/1990, que trata das condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e dá providências, afirma que “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (BRASIL, 1990, on-line).

Nesse contexto, como desdobramento desta lei, em 20 de novembro de 1995, ocorreu a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para valorização da população negra. Outra ação importante foi a criação, em 23 de março de 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, por meio da Lei nº 10.678/2003, que visava garantir a igualdade e proteção dos direitos de

indivíduos e dos grupos, acompanhando e coordenando as políticas de diferentes ministérios, em especial, o da Saúde (SILVA, 2011).

Desde 2001, partindo de diferentes lutas do Movimento Social Negro com o objetivo de criar e implementar políticas públicas para a saúde da população negra, o Ministério da Saúde reconhece a existência de doenças que são prevalentes nessa população. Podemos citar vários exemplos dessas doenças: hipertensão arterial, anemia falciforme, diabetes mellitus, sífilis, Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) etc. (BRASIL, 2001). A partir dessa informação, podem-se criar políticas direcionadas para esse grupo populacional.

## 4 DISCURSOS PRESENTES NO LIVRO DE CIÊNCIAS ACERCA DAS DOENÇAS PREVALENTES NA POPULAÇÃO NEGRA

### 4.1 O *CORPUS* DE ANÁLISE – SANGUE

O livro do 8º ano da coleção: “Projeto Teláris - Ciências: Nosso corpo” (GEWANDSZNAJDER, 2012), no 8º capítulo que versa sobre sangue, começa abordando a importância da doação desse no salvamento de vidas e de que forma ocorre o processo de triagem. Incentiva a doação por qualquer pessoa, seja qual for sua descendência ou nacionalidade. Segue explanando sobre as funções do sangue, constituição, exame de sangue e as hemácias, que fazem o transporte de oxigênio, de formato arredondado e bicôncavo. Propicia a captura do gás oxigênio nos pulmões, transportando-o até as demais células do corpo. Quando os eritrócitos estão em menor quantidade, pode ocasionar a anemia, que, nessa coleção, vem descrita de forma simples e objetiva.

Uma pessoa com anemia apresenta menor número de glóbulos vermelhos ou menor quantidade de hemoglobina em cada glóbulo. Consequentemente, há diminuição na quantidade de oxigênio que vai para os tecidos e as células, o que pode causar cansaço, falta de ar, dor de cabeça e tontura, entre outros sintomas (mas somente o médico pode fazer o diagnóstico e o tratamento). (GEWANDSZNAJDER, 2012, p. 115).

É perceptível, no contexto do material em análise, que a concepção biologizante orienta o conceito de doença. Assim sendo, suprime orientações sociais, históricas e culturais que poderiam desvelar o interesse do aluno pelo conteúdo. Um exemplo que pode ser citado é a abordagem da anemia falciforme ou da doença falciforme, pois são duas doenças prevalentes na população negra, isto é, ao trabalhar esta temática, o docente deve abordá-la para além do conceito biológico, pois a limitação ao campo biológico pode impossibilitar o entendimento de como ela funciona.

Quando tais doenças não são contempladas no livro didático de Ciências, tanto os alunos quanto os professores podem ter dificuldades de acessar informações sobre elas, acarretando assim um prejuízo para a aprendizagem dos discentes. Em outra frente, é possível afirmar que o trabalho do docen-

te fica restrito aos tipos mais conhecidos de anemias. É importante frisar que as doenças falciformes podem dificultar a aprendizagem dos alunos, pois eles enfrentam

[...] uma série de dificuldades diárias e de convivência com a doença, muitas vezes, relacionadas ao desconhecimento de que são portadores da mesma, e também da falta de informação sobre a doença, apresentam um número maior de faltas e estas aliadas à ausência de um programa de ensino que leve à recuperação dos conteúdos, acarretam dificuldades de aprendizagem para seus portadores, que, na maioria dos casos, resultam em reprovação e evasão escolar. (SILVA, 2011, p. 193).

É importante que os discentes portadores de anemia falciforme ou de doença falciforme sejam orientados quanto aos limites físicos que seus corpos apresentam em função dessas doenças. Os professores devem estar sempre atentos no sentido de propiciarem condições de ensino/aprendizagem voltadas a atenderem as especificidades do discente falcêmico, buscando minimizar a reprovação bem como a evasão escolar. Outro ponto é se manter atento a eventuais casos de deboche, os quais precisarão ser enfrentados com ações de cunho educativo.

#### 4.2 O CORPUS DE ANÁLISE – SISTEMA GENITAL

O capítulo 16 versa sobre sistema genital, uma imagem de um feto humano retratada pelo pintor Leonardo da Vinci (1452-1519) abre o capítulo chamando atenção para a reprodução e o desenvolvimento humano. Em seguida, as estruturas do sistema genital masculino e feminino são apresentadas. Um *box* intitulado *Homem: Cuidados e Problemas* aborda o câncer de próstata e, outro abaixo sobre a mulher, tem abordagem sobre o hermafroditismo, além do subtópico *Mulher: a Relação Sexual e Alguns Cuidados*.

Em seguida, inicia a explanação sobre o ciclo menstrual, biologicamente falando, passo a passo, porém não explica em que momento isso acontece nem dialoga sobre a puberdade, apenas sobre a ausência da menstruação que acarretaria uma gravidez. Outro subtópico explica sobre a menopausa de forma bem resumida e segue para a explicação sobre a gravidez, cuidados, leite materno e como se formam os gêmeos, além de falar brevemente sobre as células-tronco. Ou seja, o capítulo nos remete a conteúdos sobre reprodução, e não sobre as mudanças que ocorrem no corpo na adolescência, tampouco sobre a puberdade, adiantando-se apenas no que diz respeito à reprodução. Não faz nenhuma menção ao fato de que o câncer de próstata e os miomas uterinos são doenças prevalentes em homens negros (MEDEIROS *et al.*, 2011) e mulheres negras (SILVA, 2005), respectivamente.

Os PCN orientam que o “conhecimento sobre o corpo humano para o aluno deve estar associado a um melhor conhecimento do seu próprio corpo, com o qual tem uma intimidade e uma percepção subjetiva” (BRASIL, 1998, p. 46). O discente que já tenha anemia falciforme e esteja nessa fase da puberdade sentirá que seu corpo sofre mudanças, as quais não são apresentadas pelo livro. Isso pode dificultar que, desde cedo, o aluno com esse tipo anemia acompanhe melhor o seu corpo. Além disso, entre as diferenças corporais, o livro sinaliza como fato marcante a chegada da menstruação ou menarca, mais um fator importante, visto que para as anêmicas falciformes, ela vem com considerável atraso.

Dados indicam que, em média, a primeira menstruação nas púberes com essas doenças ocorre em torno dos quinze anos de idade, dois a três anos após a idade das meninas saudáveis (GOMES *et al.*, 2017). Se esta discussão estiver posta nos livros didáticos, contribuirá para que o professor atue com o tema da saúde de forma inclusiva e sob a perspectiva da diversidade.

### 4.3 O CORPUS DE ANÁLISE – IST/AIDS

O capítulo 18 discute que IST/AIDS têm início com uma reflexão sobre a AIDS:

1º de dezembro é o Dia Mundial de Luta Contra a AIDS. Esse dia foi criado pela Assembleia Mundial de Saúde e existe para divulgar a importância da prevenção, realizar campanhas de solidariedade em prol dos portadores do vírus e combater a preconceitos contra eles. [...] A AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (conhecidas pela sigla DST) são as que podem passar de uma pessoa para outra por meio de relação sexual. São consideradas um dos problemas de saúde pública mais comuns em todo o mundo. (GEWANDSZNAJDER, 2012, p. 246).

Essa proposta de introduzir a AIDS ocorre pela necessidade de chamar atenção para o seu enfrentamento à pandemia provocada por estas Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Esse capítulo também trabalha com outras IST: gonorreia, infecções por clamídia, herpes genital, condiloma acuminado, pediculose pubiana, candidíase, tricomoníase, hepatite B, sífilis e AIDS. Essas duas últimas serão as que iremos debater pelo fato de serem prevalentes na população negra.

O texto que versa sobre a AIDS (GEWANDSZNAJDER, 2012, p. 251) apresenta o histórico e seu significado, resgatando o conteúdo relativo ao vírus estudado no 7º ano, conforme os PCN orientam.

Ao trabalhar com a prevenção da AIDS, são conteúdos indispensáveis às informações atualizadas sobre as vias de transmissão do vírus HIV (fluidos sexuais, sangue e leite materno contaminados), o histórico da doença, a distinção entre portador do vírus e doente de AIDS e o tratamento. Os professores precisam incentivar os alunos na adoção de condutas preventivas (usar camisinha, calçar luvas ao lidar com sangue) e promover o debate sobre os obstáculos que dificultam a prevenção. A promoção da saúde e o respeito ao outro vinculam-se à valorização da vida como conteúdos importantes a serem trabalhados. Esses conteúdos devem propiciar atitudes responsáveis (tanto individual quanto coletivamente) diante da epidemia, solidárias e não discriminatórias em relação aos soropositivos, enfatizando o convívio social. (BRASIL, 1998, p. 326).

Essa orientação se dá em decorrência dos avanços da pesquisa na medicina e pelas alterações sociais que ocorrem no mundo. Os professores podem trabalhar a profilaxia em sala de aula, contudo, devem ressaltar o respeito e bom convívio com portadores de HIV, excluindo qualquer tipo de preconceito. Acerca da sífilis, o material suplanta a concepção biologizante em detrimento de outras concepções, isto é, discute sobre o modo de transmissão, sintomas e a forma congênita. Além disso,

o conteúdo não dispõe de imagens dos sintomas, o que distancia os adolescentes da realidade dessas doenças, que também são prevalentes da população negra (SANTOS, 2016).

Em relação à Lei nº 10.639/03, observamos que essa é negligenciada, pois os conteúdos aqui descritos não são articulados com a população negra, porém há grande espaço para essa inserção. Todos devem ter direito à informação e levá-la para a sua vida. Marcovitch (2001) salienta que os saberes, em sua maioria, são diluídos em disciplinas, e as ações cotidianas são polidisciplinares e multidisciplinares. Para o autor, é fundamental superarmos essa dicotomia entre os saberes escolares. Em suma, é necessário trabalhar essa temática, sobretudo, no âmbito escolar com o propósito de enfrentar práticas e comportamentos discriminatórios e racistas, os quais são resultantes de atitudes que combinam estereótipos, falta de atenção e ignorância.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do livro didático de Ciências nos proporcionou algumas inferências, destas, ressaltamos: doenças como – a anemia falciforme, a AIDS e a sífilis, por exemplo, não são relacionadas à doenças prevalentes na população negra, ou seja, não ultrapassam a concepção biologizante desse conteúdo. Na realidade, essas doenças ainda são tratadas no livro didático analisado com o discurso normatizado, isto é, um discurso medicalizado e eugenista.

Propomos que, percebendo essa realidade, a temática saúde da população negra precisa ser problematizada nos livros didáticos de Ciências, uma vez que dispomos de literaturas que podem auxiliar nessa discussão. Nesse sentido, os professores de Ciências poderiam trabalhar as doenças prevalentes na população negra a partir da seguinte classificação: as geneticamente determinadas; as adquiridas, derivadas de condições socioeconômicas desfavoráveis; as de evolução agravada ou de tratamento dificultado; e as de condições fisiológicas alteradas por condições socioeconômicas (PNUD *et al.*, 2001).

Por último, queremos destacar que não encontramos no material analisado a promoção de uma educação das relações étnico-raciais como enfatiza a Lei 10.630/2003. Assim sendo, evidenciamos as exigências do referido dispositivo legal, o qual visa implementar uma ciência negra em todo o currículo da Educação Básica.

Enfim, entendemos que é fundamental e necessário que essa temática seja trabalhada e ancorada em uma concepção interdisciplinar e complexa, que perpassasse não só o entendimento biologizante, mas adentre em outros contextos, por exemplo, o social, o histórico, o cultural etc., com o intuito de enfrentar o racismo em suas diversas faces.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luís Manuel. **O Egípcio faraônico: uma civilização com três mil anos.** Lisboa: Esfera Livros, 2011.

ARAÚJO, Luís Manuel. **Os grandes faraós do Antigo Egípto**. Lisboa: Arranha-céus, 2015.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado: Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. **PNLD 2014 - Coleções mais distribuídas por componente curricular**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acessado em: 10 de jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.286**, de 5 de dezembro de 2007. Programa Saúde na Escola, Senado: Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm). Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente**. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. PCN - Saúde. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Seção 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm). Acesso em: 31 mar. 2019.

COSTA, Maria Clécia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade. **Rev. Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273629350006.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

CUENCA-ESTRELLA, Manuel; BARBA, Raquel. **La medicina en el antiguo Egipto**. Madrid: Alcebarán, 2004.

DIOP, Cheikh Anta. **Naciones negras y cultura**. Barcelona: Ediciones Bellaterras, 2012.

GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Projeto Teláris: ciências nosso corpo**. São Paulo: Ática, 2012.

GOMES, Ingrid Cristiane Pereira *et al.* Crescimento e puberdade em uma coorte prospectiva de pacientes com anemia falciforme: avaliação em dez anos. **J. Hum. Growth Dev.**, v. 27, n. 1, p. 91-98, 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v27n1/pt\\_13.pdf](http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v27n1/pt_13.pdf). Acesso em: 19 maio 2020.

GOMES JUNIOR, Cleonido Mota; MELO, Maria do Carmo Barbosa de. As ações educativas para a educação étnico-raciais como processo de equidade social nas instituições de ensino superior.

**Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 7, n. 2, p. 145-156, fevereiro, 2019. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/4164>. Acesso em: 14 maio 2020.

HARRIS, J. R. (org.). **O legado do Egito**. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

LAJOLO, Marisa. Livro Didático: um (quase) manual do usuário. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n. 69, jan./mar. 1996. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2061>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MARCOVITCH, Jacques. A educação e a construção do futuro. **Revista de Educação e Informática – Acesso**, FDE/GIP, São Paulo, nº 15, p. 44-48, 2001.

MEDEIROS, Adriane Pinto de; MENEZES, Maria de Fátima Batalha de; NAPOLEAO, Anamaria Alves. Fatores de risco e medidas de prevenção do câncer de próstata: subsídios para a enfermagem. **Rev. bras. enferm.**, v. 64, n. 2, p.385-388, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v64n2/a27v64n2.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

MEYER, Dagmar E. E. **Saúde e sexualidade na escola**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NUNN, John F. **Ancient Egyptian medicine**. Oklahoma: Oklahoma Press, 1996.

PNUD *et al.* Política nacional de saúde da população negra: uma questão de equidade. **Documento resultante do Workshop Interagencial de Saúde da População Negra**. 6, 7 dez., 2001. Brasília: PNUD/OPAS/DFID/ UNFPA/UNICEF/UNESCO/UNDCP/UNAIDS/ UNIFEM.

SANTOS, Naila Janilde Seabra. Mulher e negra: dupla vulnerabilidade às DST/HIV/aids. **Saúde soc.**, v. 25, n. 3, p. 602-618, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00602.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

SILVA, Ana Luiza Berwanger da *et al.* Miomas e infertilidade: Bases fisiopatológicas e implicações terapêuticas. **Rev. Bras. de Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 5, n. 1, p. 13-18, jan./mar., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v5n1/a02v05n1.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

SILVA, José Antonio Novaes da. Assimetria em saúde: uma breve comparação entre a doença falciforme e AIDS. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque; GARCIA, Joana Ribeiro. **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e a educação da população negra**. João Pessoa: UFPB, 2011.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VIEIRA, Daniéla Ramos; VIEGAS, Ana Cristina Coutinho. Literaturas africanas e afro-brasileiras: aproximações culturais que legitimam identidades. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 7, n. 1, p. 161-168, outubro 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/3073/3031>. Acesso em: 15 maio 2020.

VIEIRA, Francisco Sandro da Silveira. Descolonização dos saberes africanos: reflexões sobre história e cultura africana no contexto da lei 10.639/03. 2012. **Ponto-e-vírgula**, São Paulo, v. 11, p. 98-115, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/13884>. Acesse em: 9 dez. 2019.

---

**Recebido em:** 11 de Janeiro de 2022

**Avaliado em:** 30 de Agosto de 2022

**Aceito em:** 9 de Setembro de 2022

---



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

---

1 Doutorando (PPGE/UFPB). Mestre em Educação (PPGE/UFPB). Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas pela (UFPB). Licenciado em Pedagogia (UFPB).  
E-mail: ccsbio@gmail.com

2 Professor Titular do Departamento de Biologia Molecular da UFPB. Pós-Doutor pelo CES da Universidade de Coimbra. Docente do PPGE/UFPB e integrante do NEABI.  
E-mail: baruty@gmail.com.

3 Mestre em Educação (PPGE/UFPB). Licenciada em Ciências Biológicas – UFPB. E-mail: deboraareia@gmail.com.



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

